

COP30 e a agenda do clima: o papel do setor privado no financiamento climático

07.10.2025 6 minutos de leitura

Autores

Camila Goldberg

Gabriel Bürgel

Maria Luiza Belmiro

Áreas relacionadas

Mercados Financeiro e de Capitais

Assuntos

Carbono Ambiente, Clima e

Mineração Mercados Financeiro e

de Capitais Economia de Baixo

Carbono Descarbonização

A pauta do financiamento climático foi uma das mais discutidas na 29ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP29), realizada em novembro de 2024 em Baku – Azerbaijão. Como resultado das intensas discussões e negociações, foram acordadas importantes metas entre os países, incluindo o que foi chamado de “New Collective Quantified Goal – NCQG”, que compreende: (i) triplicar o financiamento climático para países em desenvolvimento, cuja meta passou de US\$ 100 bilhões para US\$ 300 bilhões anuais até 2035; e (ii) garantir que sejam empreendidos esforços pelas entidades dos setores público e privado para alcançar o valor de US\$ 1,3 trilhão por ano em investimentos na agenda climática até 2035¹.

Na COP30, que ocorrerá em Belém/PA em novembro, espera-se que Azerbaijão e Brasil, na qualidade de presidentes da COP29 e da COP30, apresentem potenciais caminhos para a mobilização e captação desses recursos financeiros².

A participação do setor privado ganhou protagonismo especialmente com relação ao item “ii” dos NCQG, para o atingimento dos US\$ 1,3 trilhão em investimentos anuais. A ambiciosa meta aumenta a demanda para que instituições financeiras, investidores institucionais e grandes companhias ampliem a sua participação na pauta da transição para uma economia de baixo carbono. Ao direcionar capital para investimentos sustentáveis, esses atores privados podem, além de contribuir de forma decisiva para a promoção da pauta climática, capturar oportunidades de inovação e geração de valor para os seus negócios.

Nesse cenário, os mercados financeiro e de capitais configuram-se como canais estratégicos para captação de recursos. Entre os principais instrumentos financeiros disponíveis atualmente no Brasil estão os títulos verdes, sociais e sustentáveis (*green, social e sustainability-linked bonds/loans*), as estruturas de blended finance, que combinam fontes de financiamento de diferentes origens, públicas e privadas, e os fundos de investimento voltados à sustentabilidade, sejam eles dedicados exclusivamente ao tema ou integrando critérios ESG às suas carteiras.³

A emissão de debêntures incentivadas e de infraestrutura com foco no investimento sustentável também tem se consolidado como um importante meio para ampliar a captação de recursos voltados para a agenda climática. Com a edição do Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, foram priorizados projetos com viés sustentável, incluindo aqueles relacionados à geração de energia a partir de fontes renováveis, à utilização de hidrogênio de baixo carbono, aos minerais estratégicos para a transição energética, bem como captura, estocagem, movimentação e uso de dióxido de carbono. Isso mostra, por um lado, uma preocupação do legislador em estimular

investimentos alinhados à transição para uma economia de baixo carbono, e, por outro, cria um ambiente favorável para que empresas interessadas em financiar tais projetos encontrem novas oportunidades de captação no mercado de capitais.

Em relação à atração de capital privado estrangeiro para projetos sustentáveis, o lançamento do Programa Eco Invest – Brasil pelo Governo Federal representa um importante passo. A participação do capital estrangeiro nesse tipo de investimento ainda é limitada, em grande parte devido ao elevado custo de capital para investimento externo no Brasil, em especial, em decorrência da grande volatilidade do câmbio. Nesse contexto, o Eco Invest – Brasil surge como um mecanismo voltado a enfrentar esses entraves, ao buscar reduzir o custo do financiamento, e, conseqüentemente, ampliar a atratividade do mercado brasileiro para investidores globais interessados em sustentabilidade.

Observa-se, portanto, que em contrapartida às recentes tendências contrárias às pautas ESG observadas a nível internacional, os ativos e instrumentos ligados à sustentabilidade seguem conquistando maior relevância nos mercados financeiro e de capitais brasileiros. Até janeiro de 2025, por exemplo, os fundos classificados como sustentáveis tiveram patrimônio líquido superior a R\$ 24 bilhões, em comparação a R\$ 8,4 bilhões no mesmo período de 2024, conforme dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA⁴.

Nessa mesma linha, em agosto deste ano, um grupo composto por seis bancos e empresas – Bradesco, Itaúsa, Itaú Unibanco, Natura, Nestlé e Vale – criou a Climate Action Solutions & Engagement, uma iniciativa que visa “exportar” soluções climáticas que já são realidade no Brasil e que têm potencial de ganhar escalabilidade a nível global⁵. Essa iniciativa tem o objetivo de mobilizar os atores que não são parte formal das negociações climáticas, incluindo o setor privado, que têm muito a contribuir no avanço dessa pauta.

No âmbito da regulação do mercado de capitais, observa-se a crescente priorização da integração da pauta climática à agenda institucional da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em 27 de agosto de 2025, a CVM lançou o Plano de Ação em Finanças Sustentáveis para o biênio 2025-2026, estruturado em três eixos estratégicos: (i) adoção de soluções tecnológicas para fortalecer as atividades de supervisão, incluindo a criação de um banco de dados estruturado sobre emissões temáticas sustentáveis; (ii) intensificação das ações de capacitação do corpo técnico da autarquia; e (iii) mapeamento do estágio de maturidade do mercado brasileiro em relação às finanças sustentáveis⁶.

Apesar do crescimento recente mencionado acima, o volume de investimentos ESG no Brasil ainda é pouco representativo no geral, representando menos de 0,2% do total de investimentos no país, indicando grande espaço para expansão⁷. Especificamente em relação ao financiamento climático, esse cenário se traduz em uma oportunidade para que investidores e empresas direcionem recursos de forma estratégica, fortalecendo iniciativas que acelerem a transição para uma economia mais verde.

A expectativa é de que a COP30 se consolide como a conferência da “implementação” de medidas ligadas ao financiamento climático, definindo

com maior clareza os próximos passos para efetivar o que foi pactuado na última década. O fato de o evento ocorrer no Brasil amplia sua relevância, representando uma oportunidade estratégica para que o setor privado — e em especial instituições financeiras e grandes empresas — reforce seu compromisso com o tema e apresente soluções inovadoras capazes de ampliar a mobilização de capital e destravar novos fluxos de recursos voltados para projetos sustentáveis.

NOTAS

1. United Nations Climate Change. Disponível em:
<https://unfccc.int/pt-pt/news/conferencia-do-clima-da-onu-cop29-concorda-em-triplicar-o-financiamento-para-paises-em>
2. COP30 – Brasil Amazônia Belém 2025. Financiamento climático: quem são os financiadores e os desafios para chegar a 1,3 trilhão de dólares.
<https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/financiamento-climatico-quem-sao-os-financiadores-e-os-desafios-para-chegar-a-1-3-trilhao-de-dolares>
3. Valor Econômico. Sustentabilidade avança no mercado. Disponível em:
<https://valor.globo.com/guia-de-fundos/fundos-de-investimento/noticia/2024/05/27/sustentabilidade-avanca-no-mercado.ghml>
4. Valor Investe. É o fim do ESG no mercado financeiro? Movimento pode mostrar que sim, mas não no Brasil. Disponível em:
<https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2025/03/25/e-o-fim-do-esg-no-mercado-financeiro-movimento-pode-mostrar-que-sim-mas-nao-no-brasil.ghml>
5. Capital Reset. COP30: iniciativa do setor privado quer mostrar ao mundo soluções brasileiras. Disponível em:
<https://capitalreset.uol.com.br/clima/cop/cop30-iniciativa-do-setor-privado-quer-mostrar-ao-mundo-solucoes-brasileiras/>
6. CVM lança Plano de Ação em Finanças Sustentáveis para 2025-2026. Disponível em:
<https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/2025/cvm-lanca-plano-de-acao-em-financas-sustentaveis-para-2025-2026>
7. Valor Investe. É o fim do ESG no mercado financeiro? Movimento pode mostrar que sim, mas não no Brasil. Disponível em:
<https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2025/03/25/e-o-fim-do-esg-no-mercado-financeiro-movimento-pode-mostrar-que-sim-mas-nao-no-brasil.ghml>

Profissionais que aliam visão jurídica e visão de mercado



Camila Goldberg



Gabriel Bürgel



Maria Luiza Belmiro